
Alfabetização de Jovens e Adultos na Guiné-Bissau: o caso do método Alpha TV

Literacy of Youth and Adults in Guinea-Bissau: the case of the Alpha TV method

Arrais Fidelis da Silva Gomes
Simone Valdete dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Porto Alegre-Brasil

Resumo

A Alfabetização de Jovens e Adultos na Guiné Bissau é considerada na legislação como educação não formal. Advém desse pressuposto programas que não têm sido os mais adequados à diversidade cultural da população. A pesquisa empírica com grupos de Alfabetização de Jovens e Adultos foi realizada durante o ano de 2017, com entrevistas junto a gestores e professores, registros em diários de campo das classes de alfabetização visitadas, sendo identificado o método Alpha TV como a principal política nacional executada em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Conclui-se que o método não está no seu funcionamento pleno, pois o problema da ausência de rede de energia elétrica em muitas comunidades afeta o uso da televisão, instrumento essencial para as aulas; o material didático utilizado não considera a diversidade linguística e religiosa.

Palavras-chave: Alfabetização de Jovens e Adultos; Guiné-Bissau; Alpha TV.

Abstract

Literacy of Young and Adult in Guinea Bissau is considered in legislation as non-formal education. It follows from this assumption, programs that have not been the most adequate to the cultural diversity of the population. Empirical research with youth and adult literacy groups was carried out during 2017, interviews with managers and teachers, records in field diaries of the literacy classes visited, with the Alpha TV method being identified as the main national policy implemented in partnership with the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). As a conclusion, it is possible to affirm that the method is not in its full operation, because the problem of the absence of electric power grid in many communities, affects the use of television, an essential instrument for the classes; the teaching material used does not consider linguistic and religious diversity.

Keywords: Youth and Adult Literacy; Guinea Bissau; Alpha TV.

Introdução

Quando tratamos de Políticas Públicas voltadas para a área da Educação e mais especificamente a análise destas, poderemos verificar o quão distintos podem ser os enfoques dos estudos, em virtude das diferenças na forma de organização do Estado, da consecução das políticas e programas, da relação que a sociedade civil estabelece com estas, das características sociais da população alvo e do nível de desenvolvimento existente e o almejado. Os cenários de formulação, reformulação, implantação, adaptação e avaliação das políticas são variadas.

Neste artigo, refletiremos sobre alguns aspectos das Políticas Públicas Educacionais, especificamente acerca da Alfabetização de Jovens e Adultos, observando a realidade da Guiné Bissau e a existência do método Alpha TV (GOMES, 2018).

Guiné-Bissau é um país africano, situado na costa ocidental da África, limitada ao Norte pelo Senegal e ao Sul pela Guiné-Conakry (ex-colônia francesa), com superfície total de 36.125 km², constituído por uma diversidade étnica e cultural ampla.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau (INE-GB, 2009), a população da Guiné-Bissau soma aproximadamente a 2.000.000 de habitantes, a taxa da população masculina alfabetizada em 2009 era de 58,2% enquanto que a população feminina do mesmo ano aportava em 41,8%. No que tange ao analfabetismo, a sua porcentagem era de 36,8% na população masculina enquanto que na população feminina era de 63,2%.

No Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) está posicionado em 167º lugar, evidenciando, assim, a sua condição de um dos países mais pobres do mundo. O português é falado por apenas 12% da população e a diversidade linguística confere complexidade à tarefa de alfabetização de jovens e adultos, que, atualmente, é implementada também na língua nacional que é o crioulo.

Os dados sobre alfabetização de jovens e adultos de Guiné Bissau estão disponíveis nas páginas virtuais vinculadas à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Junto ao Ministério da Educação da Guiné Bissau há poucos dados e a maioria da execução de turmas de alfabetização de jovens e adultos é promovida por organizações não governamentais e igrejas, não ocorrendo um comprometimento efetivo do Estado da Guiné Bissau.

Do ponto de vista teórico metodológico acerca do fazer da Alfabetização de Jovens e Adultos, no país africano, é possível ponderar algumas reflexões para iniciar o debate. Para

desenvolver uma proposta de Educação Libertadora com características africanas, principalmente na Guiné-Bissau é preciso partir do encontro contraditório, porém daquilo que não pode ser separado entre cultura europeia e africana.

A atitude adequada pressupomos que não seja negar o legado da modernidade, mas reconhecê-lo e contextualizá-lo histórica e epistemologicamente. O reconhecimento da lógica monocultora eurocêntrica, a fim de abrir caminhos para outros paradigmas.

A obra de Paulo Freire corrobora para a conformação de outros paradigmas, sendo notória a prática de escuta e o diálogo respeitoso aos saberes de cada sujeito, sendo que um dos princípios para o desenvolvimento do ser humano, em qualquer faixa etária, é a liberdade de expressão.

Para Freire (2003), é por meio da palavra que o homem e a mulher se constituem, humanizando-se quando “pronunciam o seu mundo”, quando dizem as suas palavras, e iniciam um diálogo com o mundo que os envolvem, uns com os outros, as relações sociais crivadas de significados e significantes, num mundo permeado pelo pensar e fazer de forma indissociável.

A palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens [e mulheres], mas direito de todos os homens [mulheres]. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais. (FREIRE, 2009, p. 90-91).

Desta forma, a escola é um “espaço de desvelar seus referenciais pessoais e culturais, para exercitar também a organização, a sistematização e a apropriação de seu pensamento” (FREIRE, 1992, p. 7). Nesse sentido, a Alfabetização de Jovens e Adultos, como modalidade diferenciada da Educação pressupõe o estabelecimento de relações importantes entre o saber formal e o informal, sendo o último desvinculado do modo de ser canônico da escola, na perspectiva freireana valorizadora da leitura do mundo, da leitura da palavra; no entendimento do ser mais humano porque alfabetizado/ alfabetizada.

Breve Histórico das Políticas de Alfabetização de Adultos na Guiné-Bissau

Nos primeiros anos de independência, a Guiné-Bissau começou uma vasta operação de alfabetização, em particular, sob a responsabilidade do exército, através da campanha de alfabetização iniciada em 1974.

Tendo em conta a extensão do analfabetismo, era igualmente necessário criar iniciativas para a criação de estruturas encarregadas de ações para alfabetização. A criação

Alfabetização de Jovens e Adultos na Guiné-Bissau: o caso do método Alpha TV

de um serviço responsável pela alfabetização e educação de adultos na nova República foi um passo importante na luta pela eliminação do analfabetismo.

No período 1976-77, foi lançada uma campanha nacional de alfabetização, apoiada e orientada pela equipe de Paulo Freire. Ocorreram cursos de formação para os formadores e apoio financeiro para a formação dos futuros animadores em mais de 40 centros do país. Mas essa campanha não veio a ter continuidade.

As ações de alfabetização foram desenvolvidas a partir de alguns projetos de desenvolvimento, tais como o projeto de algodão, amendoim e arroz na zona de Bafatá, com associações comunitárias. Seguiu-se uma estratégia de junção: alfabetização/produção. Assim, segundo as zonas e os projetos de acolhimento, foram levadas a cabo experiências com o apoio de parceiros externos.

No caso da Guiné-Bissau, o conflito de sete de junho de 1998 colocou em risco todos os avanços conseguidos antes e agravou a situação por si já precária dos setores sociais.

Apenas para citar alguns exemplos, durante o conflito armado de sete de junho, os principais Centros de Formação Administrativa (CENFA) e Centro de Formação Industrial (CENFI) foram totalmente destruídos.

Em 1997, teve início uma nova experiência em “alfabetização de mulheres e raparigas” (meninas), através de um projeto piloto apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD/UNESCO e UNICEF, tendo sido alfabetizado durante o ano letivo de 1997/1998 um total de 2.239 alfabetizados, dos quais 1.771 mulheres e 468 homens. Essas experiências viriam a ser interrompidas pelo conflito político-militar em junho de 1998.

O conflito de 1998/99 encerrou o apoio dos financiadores do setor educativo, e só a partir do ano 2000 as ações em curso antes da guerra foram retomadas, porém, muito timidamente. Atualmente, os parceiros do desenvolvimento mais ativos no setor são o Banco Mundial, União Europeia, o Banco Africano para Desenvolvimento (BAD), o Programa Alimentar Mundial (PAM), o UNICEF e Fundo das Nações Unidas para a População FNUAP (Doc. PNA/ EPT, 2001). Portanto, os exemplos são muitos e nos ensinam que, para além do fator pobreza, os conflitos vivenciados nos países do Terceiro Mundo são determinantes na concretização de ações em favor dos direitos fundamentais da pessoa humana e, conseqüentemente, do direito à educação. Assim, é importante e mesmo indispensável um trabalho concentrado em favor da Paz.

As escolas, as universidades, enquanto centros de excelência, respectivamente, podem servir de vetor e centros de formação e divulgação dos conceitos e práticas de uma cultura e educação para a Paz e respeito pelas diferenças: diferenças ideológicas, de cor, raça, credo etc. Não para atingir um mundo perfeito, mas para termos presente que a participação, ou seja, o exercício da cidadania é uma responsabilidade perante nós e perante os outros.

O documento do Ministério da Educação, aprovado pelo governo, pretende ser o enunciado de um programa de desenvolvimento do setor da educação para o período de 2009 a 2020. Portanto, um período de tempo alargado se considerarmos a instabilidade política geralmente presente na Guiné-Bissau. Todo o sistema continua com forte dependência da ajuda externa (BARRETO, 2014, p. 2).

É importante salientar, também, que, na experiência citada acima, as ONGs, assim como as Associações Comunitárias de Base, tiveram um papel nesse processo de alfabetização.

As avaliações das experiências de alfabetização levadas a cabo apontam limitações em vários níveis, nomeadamente no que diz respeito:

- a) ao nível de formação dos recursos humanos para o setor de alfabetização e educação de adultos, tanto em nível central como em nível regional e dos centros de alfabetização;
- b) ao nível dos programas e métodos de alfabetização utilizados;
- c) ao nível de consolidação da alfabetização (falta de um programa de pós-alfabetização).

Resumindo, os métodos, programas, conteúdos e materiais não têm sido os mais adequados à diversidade da realidade social, cultural e econômica em que foram utilizados para a alfabetização de jovens e adultos. E também o aspecto da língua tem constituído um problema. A insuficiência de meios humanos e pedagógicos para a animação dos centros de alfabetização e a fraca capacidade nacional de financiamento e de gestão dos projetos de alfabetização figuram entre os fatores que bloquearam parcial ou totalmente a continuidade de experiências iniciadas no quadro dos projetos com apoio externo.

Hoje, por impulsão das ONGs, há um crescimento rápido das escolas comunitárias. É crescente o esforço das ONGs nacionais e internacionais relacionadas à educação, desenvolvendo trabalhos de grande utilidade para as comunidades no que diz respeito ao

acesso e à melhoria da qualidade do ensino. E é a partir dessa colaboração que nasceram as escolas comunitárias.

A educação formal e não formal possibilita promover a utilização criativa da linguagem audiovisual nos processos de ensino e aprendizagem e beneficiar-se de todo o potencial educacional.

A reforma do sistema educativo da Guiné-Bissau precisa repensar os currículos, pois esses são muito distantes da realidade do país. Os currículos necessitam ser revisados e atualizados para atenderem às novas exigências dessa realidade. Segundo Cá (2005, p. 175):

[...] em virtude da crise na educação iniciada no final dos anos oitenta na Guiné-Bissau, os efeitos foram muito negativos: as taxas de matrícula em declínio, as taxas de repetência e os frequentes conflitos entre professores e alunos e uma relação entre professor/estudante baixa eram indicadores que mostravam que o sistema de educação era de baixa qualidade e eficiência. O sistema de ensino era adversamente afetado pelo complexo problema do idioma, currículo inadequado, pobre preparação dos professores, falta de material de instrução e uma infraestrutura escolar deficiente. Uma supervisão inadequada contribuía, também, para a baixa qualidade e eficácia interna.

Segundo os programas elaborados pelo governo guineense depois do conflito político militar, o objetivo era reabilitar e construir novas escolas, pois essas foram destruídas devido à guerra. O objetivo seria atender às demandas dos alunos, o que não ocorreu por vários outros fatores que surgiram depois. Isso fez aumentar ainda mais as demandas, e o Estado não conseguiu responder, ou seja, muitas escolas passaram a funcionar de maneira inadequada, enquanto outras deixaram de funcionar. De acordo com Semedo (2005, p. 1-9):

[...] faltaram infraestruturas condignas (as barracas, chamadas salas provisórias, foram a solução), careceram de professores com formação ajustada e domínio de metodologia adequada aos vários graus de um sistema de ensino em construção (deitou-se mãos aos finalistas do liceu, que foram organizados em brigadas pedagógicas e espalhadas por todo território nacional).

Nesse contexto, emergiram outros problemas, como estes que Ribeiro (2001) relata em sua pesquisa feita na Guiné-Bissau, descrevendo as consequências imediatas que emergiram depois de o Estado não conseguir dar as condições mínimas para o funcionamento do sistema:

[...] em resposta a essa situação, começaram a surgir, como cogumelos, às chamadas 'escolas populares', por vezes apelidadas de 'informais', onde as aulas são dadas

debaixo de um mangueiro, numa varanda ou mesmo a céu aberto, e onde os alunos trazem as suas 'carteiras' de casa e os professores pouco mais têm do que boa vontade. No entanto, são as únicas que funcionam regularmente durante todo o ano, com disciplina, cumprindo horários (RIBEIRO, 2001, p. 11).

A situação agrava-se no interior do país, onde algumas crianças, jovens e adultos nem sequer frequentam a escola. A estrutura escolar nesses lugares está mais afetada, e a educação é oferecida, em qualquer nível, por escolas populares comunitárias, que são da iniciativa privada.

Pesquisa de Campo

A investigação foi estruturada em torno dos referenciais da pesquisa qualitativa em Educação. Em um primeiro momento, foi realizado um levantamento bibliográfico, para exposição do estado da questão sobre Alfabetização de Jovens e Adultos na Guiné-Bissau.

A leitura de outros relatórios investigativos conduz, por meio do Estado da Questão, ao esclarecimento de concepções acerca do objeto de investigação. É um exercício que possibilita descobrir as similitudes e os aspectos inéditos da temática escolhida para uma inquirição. Consoante aos escritos de Nóbrega-Therrien e Therrien (2010, p. 02), o Estado da Questão tem por finalidade:

[...] levar o pesquisador a registrar, a partir de um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance. Trata-se do momento por excelência que resulta na definição do objeto específico da investigação, dos objetivos da pesquisa, em suma, da delimitação do problema específico de pesquisa.

Esse levantamento bibliográfico tem por propósito delimitar e caracterizar o objeto de pesquisa e, conseqüentemente, identificar e definir as categorias centrais de pesquisa, bem como nortear os aspectos teórico-metodológicos que serão utilizados na investigação. As buscas realizadas em sítios *on-line* procuraram encontrar teses, dissertações, relatórios de pesquisa, artigos e estudos teóricos e empíricos que auxiliassem no delineamento do objeto de investigação, revelando a contribuição original do estudo no campo científico.

Em um segundo momento, com o desenvolvimento do trabalho de campo em Guiné-Bissau, de maio de 2017 a fevereiro de 2018, procedeu-se à interpretação dos dados obtidos por entrevistas. Buscou-se, por meio da observação participante e da construção de um diário de campo, a descrição e a caracterização do espaço e dos processos que nele ocorrem

(BOGDAN; BIKLEN, 1994). Nesse sentido, o processo de condução da investigação qualitativa reflete um diálogo entre o investigador e os sujeitos, o que exige que se problematize a noção da pesquisa como neutra e ausente de interpretação por parte do investigador (MELUCCI, 2005, p. 315).

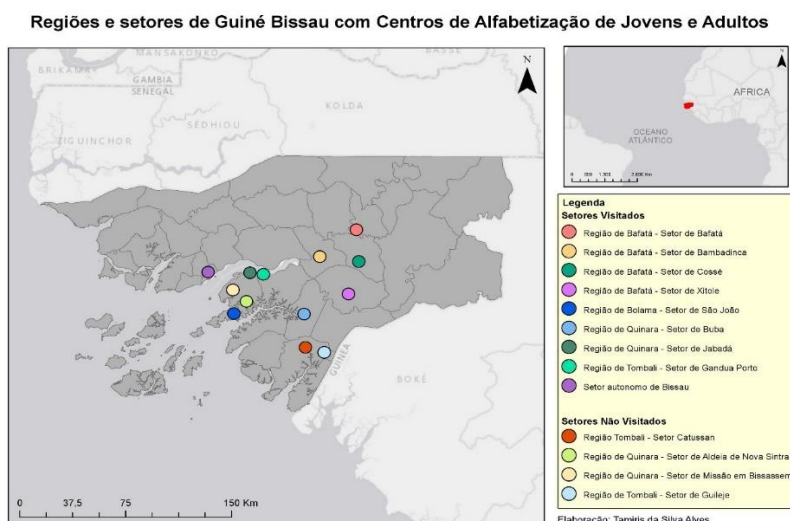
A entrevista como técnica de coleta de dados é definida por Lakatos e Marconi, (2003, p. 195) como “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto”. Nesse processo de interação social, o entrevistador tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado. A entrevista tornou-se, nos últimos anos, um instrumento do qual se servem constantemente os pesquisadores das ciências sociais e muitas outras áreas do conhecimento.

A observação é considerada uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos da realidade que se deseja estudar. Ela ajuda o pesquisador a identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 190-191).

Segundo Duarte (2002), de modo geral, durante a realização de uma pesquisa, algumas questões são colocadas de forma bem imediata, enquanto outras vão aparecendo no decorrer do trabalho de campo. A necessidade de dar conta dessas questões para poder encerrar as etapas da pesquisa frequentemente nos leva a um trabalho de reflexão em torno dos problemas enfrentados, erros cometidos, escolhas feitas e dificuldades descobertas. Esse trabalho surgiu da necessidade de partilhar algumas informações e reflexões acerca do recurso à pesquisa qualitativa, que, apesar dos riscos e dificuldades que impõe, revela-se sempre um empreendimento profundamente instigante, agradável e desafiador (DUARTE, 2002, P. 140).

Foram visitados os centros de alfabetização de jovens e adultos em várias regiões da Guiné-Bissau, o mapa a seguir localiza tais centros:

Figura 1 – Mapa de Regiões e Setores de Guiné-Bissau com Centros de Alfabetização de Jovens e Adultos, Visitados e Não visitados



Fonte: Elaboração de Tamiris da Silva Alves, acadêmica do Curso de Geografia – UFRGS (2018)

O mapa acima indica as regiões e setores visitados e os que não foram visitados em Guiné-Bissau. Com muitas dificuldades de sinalização no mapa, ficaram divididos assim: os visitados ficam em cima, no quadro direito, e no mesmo quadro ficam também os não visitados, embaixo.

Alfabetização de Jovens e Adultos como Direito Humano

Na mesma senda, são construídas as diretrizes para o sistema de alfabetização dos adultos na Guiné Bissau, baseado em um método funcional de aprendizagem específico para essa faixa etária, através de um sistema intensivo no molde audiovisual: Alpha TV “**Sim eu Posso**”.

Alpha TV “**Sim eu Posso**” é um método de alfabetização via televisão. No manual, as letras alfabéticas estão acompanhadas de um número, por exemplo: (Aa=1). Na verdade, a atribuição dos números de 1 a 5 às vogais, em ordem alfabética; às consoantes associou-se uma numeração a partir dos 6, de acordo com a frequência em que cada letra aparecia no vocabulário.

O método “**Sim, eu posso**” parte do pressuposto de que os adultos, pela sua história de vida e experiência acumulada, aprenderiam com mais facilidade e rapidez do que as crianças em fase pré-escolar. Busca homogeneizar a prática didática para “garantir a alfabetização” em cerca de três meses, com a intensiva utilização da tecnologia de vídeo – TV & DVD (GOMES, 2018).

Vídeo Classe

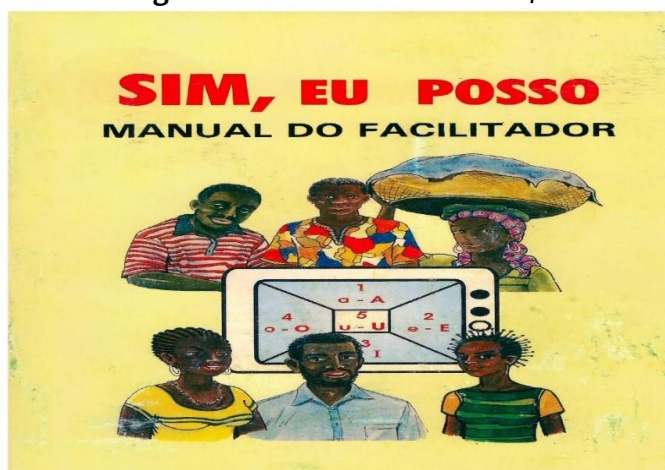
É um instrumento que permite a implementação do método. Prevalece o método composto global, com a utilização dos números como recurso que facilita a aprendizagem. Cada aula de 30 minutos ensina uma letra. O facilitador/a é o orientador dos trabalhos a serem realizados, e o alfabetizando é o realizador principal.

A utilização do número como recurso, conforme os idealizadores do método, facilita o processo de aprendizagem. Foi dito, durante o curso preparatório dos facilitadores alfabetizadores, o qual participamos durante a pesquisa de campo, que a relação entre letras e números é utilizada porque os alfabetizandos conhecem os números, uma vez que lidam com dinheiro. Assim, fica mais fácil fixar as letras alfabéticas junto com os números. Essa é a concepção dos formuladores do método.

A vídeo classe tem uma estrutura interna, com um caráter global. O seu desenvolvimento transmite-se em três momentos: a) introdução da frase ou oração, cujo significado propicia o debate e a reflexão. É portadora da palavra-chave, que contém a letra, objeto de estudo, identificado sempre com o seu número; b) aprendizagem da leitura e escrita, desenvolvimento das atividades de análise dos componentes das palavras: sílabas, grafia e fonema - objeto de estudo, a família silábica, criação de novas palavras e novas frases; c) consolidação do conteúdo tratado durante o dia, identificação da letra do dia, leitura das palavras, frases e escrita.

Manual

Figura 2 – Manual do Facilitador/a



Fonte: Digitalizada a imagem pelo autor – no dia 12 de maio 2018, material de direção geral da alfabetização de educação não formal na Guiné-Bissau.

O manual é o segundo elemento do sistema, apresentado em forma de folheto. É estreitamente relacionado com uma guia de vídeo classe. Apresenta o estudo dos vogais e das consoantes, em 5 letras que cobrem todas as combinações silábicas. Ao finalizar cada bloco, consolida-se a aprendizagem desses fonemas e grafias e implementa-se a formação das palavras e frases.

O material, conforme a coordenação do Ministério da Educação, é produzido pela UNESCO (2016), baseado no método de alfabetização de jovens e adultos desenvolvido pelo governo de Cuba. No entanto, não há qualquer referência a autoria no manual que foi distribuído no curso de formação dos facilitadores.

Não há referência de autores, nem as instituições responsáveis e também estão presentes palavras sem aderência a realidade das comunidades, tais como: “escravo”. Ainda o registro das frases: “Na Amazônia há tribos”; “Gostamos do Brasil” e “O escravo quer fugir”. Consideramos que o repertório presente na cartilha do alfabetizado está absolutamente inadequado em termos de alfabetização de jovens e adultos, sobretudo em um país do continente africano.

Freire na obra “Cartas à Guiné Bissau” descreve seu entendimento sobre manuais para alfabetização de jovens e adultos:

Na verdade, grande parte do esforço a ser realizado pelos alfabetizandos sobretudo no momento de criação de suas palavras, se encontra feito, nas cartilhas, pelo seu autor ou por sua autora. Neste sentido, em lugar de estimular, nos alfabetizandos, a curiosidade, as cartilhas reforçam neles a atitude passiva, receptiva, o que contradiz o caráter criador do ato de conhecer (FREIRE, 1978, p.13).

Conforme o artigo do professor Osmar Fávero (2007), intitulado Materiais didáticos para a Educação de Jovens e Adultos, no qual ele analisa diversos materiais didáticos da EJA no Brasil, categoriza materiais inovadores. É possível afirmar que a cartilha de alfabetização entregue para os estudantes no programa ALPHA TV, na Guiné-Bissau, não apresenta qualquer inovação. As palavras propostas têm cunho duvidoso quanto ao vínculo com a realidade da população guineense, tais como: escravo e Amazônia, completamente inapropriadas para a realidade dos sujeitos.

Por outro lado, a proposta pedagógica do ALPHA TV não foi discutida com os educadores de adultos, mas está sendo apresentada nos cursos para os facilitadores.

A situação ideal da elaboração de um material didático corresponde ao entendimento do aluno trabalhador como um ser social que traz experiências de vida e conhecimento

acumulados. Um sujeito fazedor de história, que intervém na realidade e que se constrói nas ações coletivas. Um ser integral, cujas dimensões cognitivas, físicas, emocionais, econômicas, políticas, sociais, culturais, éticas e estéticas e espirituais interagem no processo de construção do conhecimento.

O conhecimento é concebido como fruto de um processo construtivo em que a aprendizagem dos sujeitos não está dada a priori e nem mesmo resulta do acúmulo de informações vindas do meio exterior. Para aprender, o sujeito coloca em jogo suas hipóteses sobre a realidade, interage com o real e com os outros, reconstruindo essas hipóteses e avançando na compreensão dessa realidade. Dessa maneira, realiza-se um processo dialético de elaboração e reelaboração do conhecimento, na perspectiva freireana de aprender com a própria história.

A educação é concebida como um processo internalizado pelo sujeito. Um processo que se constitui na relação direta com a dinâmica da sociedade, em que grupos e classes sociais agem e interagem dinamicamente em torno de interesses contraditórios (CITOLIN, 1999, p. 24-25).

Facilitador/A

Atua como monitor do programa e promotor, para manter a permanência e atender as dificuldades individuais dos alfabetizandos. Organiza, controla e avalia o programa, com assessoramento dos supervisores.

Segundo manual de facilitador/a, ele/a é um amigo mais próximo dos alfabetizandos. Deve ser uma pessoa amável, compreensiva e otimista. Deve inteirar-se dos problemas dos educandos. Em caso de ausência, precisa incentivar o diálogo e a participação dos alunos em todas as atividades durante as aulas, e não deve interferir em nenhum momento durante a observação do vídeo classe. Deve elaborar plano de aulas para cada sessão e respeitar opiniões dos alfabetizandos.

Alfabetizandos

Os alfabetizandos desse programa são pessoas jovens e adultas que não aprenderam a ler e escrever porque não tiveram oportunidade. Possuem muitos conhecimentos derivados dos seus afazeres diários e possuem uma cultura que se alimenta da experiência prática, assim como da transmissão através das gerações.

O objetivo dessa formação é preparar os facilitadores ou animadores de alfabetização na base do método ALPHA TV “Sim eu Posso”, proporcionando-lhes conhecimentos práticos sobre a matéria de elaboração e execução do plano de aula.

Os facilitadores recebem o “manual do facilitador” para se orientar no caso de dúvidas. Ganham também um vídeo classe, que é um instrumento que permite a implementação do método e favorece a realização e a consolidação dos exercícios. Segundo promotores do método, este é econômico, permite alfabetizar grande número de pessoas num espaço de tempo reduzido.

É necessário compreender que a educação é mediação, e que por ela a humanidade desenvolve-se, cultural e historicamente. Significa que uma geração herda o modo de vida, mas que, com os seus respectivos meios e na relação de produção, e de acordo com sua época, também modifica o espaço, conforme suas necessidades e perspectivas. Segundo Hannah Arendt, a relação humana com o mundo, mediada pela educação, também é uma relação privilegiada, no sentido de que nunca está dada de antemão, mas tem de ser tecida novamente a cada novo nascimento, no qual vem ao mundo um ser inteiramente novo e distinto de todos os demais (ARENDR, 2005). Por isso, a educação não pode, jamais, ser entendida como algo dado e pronto, acabado: tem de ser continuamente repensada, em função das transformações do mundo, no qual vêm à luz novos seres humanos.

Através do que foi citado acima, ocorre o questionamento: com falta de energia no país, como esse método pode alfabetizar um número grande de pessoas, em tempo reduzido? Até porque em muitas aldeias não há energia, nem lugares adequados para o funcionamento do método ALPHA TV “Sim eu Posso”. Não estamos desvalorizando o método, mas para que funcione plenamente naqueles lugares, precisa haver uma estrutura boa e uma formação adequada para os facilitadores também. Isso facilita o trabalho de ambas as partes - tanto o facilitador quanto o alfabetizado - e influi nos resultados esperados.

Além disso, uma educação tecnicista, que essa forma de uso das tecnologias representa, referenda um modelo de estado que busca na educação a adaptação dos sujeitos às suas diferentes dimensões da organização de trabalho.

O grande desafio é romper com os limites que restringem a atividade escolar à mera repetição de conteúdo. Procurar a formulação de propostas que integrem os conteúdos das diferentes disciplinas, diferente abordagem na explicação da realidade atual, interna e

externamente à escola, configura-se como o maior desafio a ser enfrentado. E isso equivale a selecionar as atividades que serão desempenhadas pelos alfabetizandos, que em sua maioria são: donas de casa, pescadores, sapateiros, pedreiros, pintores, agricultores, entre outras ocupações.

Cabe ao alfabetizador discutir a importância do papel desempenhado por cada aluno na sua comunidade, para que essas atividades sejam incluídas no processo de alfabetização.

A alfabetização é um direito humano que está implícito no direito à educação, reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Nenhuma educação é possível sem a habilidade de ler e escrever. E não se trata somente de ganhar acesso à alfabetização, seja por meio da educação formal ou por meio de programas não formais, mas também da qualidade dos programas de alfabetização.

Dominar a escrita e a leitura não devem ser vistos como um fim em si mesmo, mas como uma ferramenta para a cidadania ativa e um meio para exercer outros direitos civis, políticos, econômicos ou sociais. Aqueles que podem utilizar a escrita e a leitura para defender e exercer seus direitos legais têm uma vantagem significativa em relação aos que não podem. Por intermédio da alfabetização, os indivíduos obtêm os meios de participação política na sociedade - caso específico da Guiné-Bissau.

Relacionar a alfabetização aos direitos humanos também se refere ao conteúdo ensinado nos programas. As aulas de alfabetização proporcionam um ambiente onde os alunos, especialmente as mulheres, podem ser informados sobre seus direitos e desenvolver sua habilidade de reivindicá-los, defendê-los e promovê-los. Será que muitos alfabetizadores já combinam a alfabetização com aulas sobre direitos humanos e civis nas classes da Guiné Bissau?

Essas conexões garantem empoderamento às pessoas, permitindo que se beneficiem não somente de maior liberdade e escolhas pessoais, mas que assumam um papel mais ativo dentro do lugar onde estão inseridos. Empoderamento tem a ver com autonomia de ação – a capacidade de iniciar e controlar mudanças, em vez de apenas as suportar. O uso ativo da alfabetização é uma condição essencial de empoderamento socioeconômico.

A adoção de uma abordagem baseada em direitos na oferta de alfabetização pode ajudar a atingir os objetivos da educação global. Exige a criação de estratégias para alcançar todos os cidadãos, de todas as idades, incluindo grupos marginalizados, que são compostos

muitas vezes por: meninas e mulheres, populações indígenas e populações rurais isoladas, crianças de rua, migrantes e pessoas com necessidades especiais.

Esse direito deve ser garantido pelo Estado, estabelecendo prioridade à atenção aos grupos sociais mais vulneráveis. Para o exercício desse direito, o Estado precisa aproveitar o potencial da sociedade civil na formulação de políticas públicas de educação e promover o desenvolvimento de sistemas solidários de educação, centrados na cooperação e na inclusão. Como afirma István Mészáros (2005, p. 65);

[...] o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente.

O autor sustenta, ainda, que a educação não é um negócio, é criação. Que educação não deve qualificar para o mercado, mas para a vida. Para Mészáros (2005, p. 12), a educação deve ser sempre continuada, permanente, ou não é educação. Ele defende a existência de práticas educacionais que permitam aos educadores e alunos trabalhar as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais o tempo de lazer, pois as classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienante, com objetivo de manter o homem dominado.

Para o autor, é preciso desenvolver novas formas de educação que recuperem o sentido mesmo da educação, que é conhecer a si mesmo e ser melhor como ser humano, aprendendo por diferentes meios, formais e não formais.

A Educação de Jovens e Adultos é reconhecida pela UNESCO (2016) como direito humano, estando implícita no direito à educação, reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. A começar pelo primeiro nível, que é o da alfabetização. De fato, a alfabetização compõe base para a aprendizagem ao longo da vida.

A alfabetização é um direito em si mesmo – justamente porque, sem ela, as pessoas não têm oportunidades iguais na vida [...]. Aqueles que podem utilizar a escrita e a leitura para defender e exercer seus direitos legais têm vantagem significativa em relação àqueles que não podem. Por intermédio da alfabetização, os indivíduos obtêm os meios de participação política na sociedade (RICHMOND; ROBINSON; SACH-ISRAEL, 2009, p. 19-28).

Ela deve ser também uma educação em direitos humanos. Para isso, é fundamental que os conteúdos, os materiais e as metodologias utilizadas levem em conta esses direitos, e que os programas propiciem um ambiente adequado para vivenciá-los.

A Educação de Jovens e Adultos é o espaço da diversidade e de múltiplas vivências, de relações inter geracionais, de diálogo entre saberes e culturas. Ao lado da diversidade, está também a desigualdade, que atinge a todos. Isso ocorre, sobretudo, num país como a Guiné-Bissau, com a diversidade linguística muito grande. É uma região na qual vivem mais de quatro etnias diferentes, que falam dialetos totalmente diferentes. E essa diversidade enriquece mais a cultura da Guiné-Bissau, sendo necessária sua presença nos materiais didáticos para alfabetização de adultos.

Considerações finais

A produção científica sobre Políticas Educacionais de Alfabetização de Pessoas Jovens e Adultas, com a presença do método ALPHA TV na Guiné-Bissau, ainda é incipiente. O presente artigo relata a pesquisa de campo realizada junto a classes de alfabetização de pessoas jovens e adultas na Guiné-Bissau a qual utiliza este método.

A política guineense ainda demonstra que há bastante a melhorar na gestão do sistema de Educação. O salário dos professores é muito baixo e o setor privado está tomando conta por falta das escolas públicas ou ausência do Estado nas zonas mais vulneráveis do país. Isso nos leva à conclusão de que a contribuição familiar é quase igual aos gastos públicos por cada custo unitário, conforme relatório da UNESCO, polo Dakar, em 2016.

A pesquisa de campo identificou a vontade da população em estudar, sobretudo das mulheres. A abordagem da diversidade religiosa não foi possível em função da dificuldade de acesso em relação as comunidades muçulmana e evangélica durante a pesquisa de campo.

O levantamento de dados revelou, também, que não é suficiente a formação dos facilitadores que ocorre em uma semana.

O método Alpha TV pela pesquisa de campo realizada, não tem mostrado resultados significativos pelo seu formato, considerando também o baixo investimento nos salários e na formação dos professores e nas estruturas das escolas públicas.

Entretanto, na Guiné-Bissau o panorama da política educacional, demonstra uma situação de fragilidade, em função de diversos aspectos políticos do país, carecendo a Educação, especialmente a Alfabetização de Jovens e Adultos, de um maior espaço na agenda política.

A utilização dos referências de Bowe, Ball e Gold (1992) foi proficiente, para problematizar as pesquisas sobre análise de políticas públicas, além de fornecer instrumentos para uma análise crítica da trajetória de políticas e programas educacionais.

O referencial teórico freireano contribuiu no entendimento da alfabetização de jovens e adultos como direito fundamental humano, na perspectiva filosófica do ser mais.

Nesse sentido, a Educação de Jovens e Adultos precisa compor um sistema educativo no qual o estudante e o meio social precisam estar absolutamente articulados. E isso necessita estar sob a responsabilidade do Estado.

Referências

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BARRETO, Augusto Gomes. O Fraco Desempenho dos Estudantes no Ensino Superior na Guiné-Bissau: A Herança do Ensino Básico. **Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos”**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 18-28, jul./dez. 2014. Disponível em: http://www.semar.edu.br/revista/downloads/edicao7/artigo2_OfracoDesempenhodosEstudantesnoEnsinoSuperior.pdf. Acesso em: 25 nov. 2016.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOWE, Richard; BALL, Stephen; GOLD, Anne. **Reforming education changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

CÁ, Lourenço Ocuni. **Perspectiva Histórica da Organização do Sistema Educacional da Guiné-Bissau**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CITOLIN, Soloá (Org.). **Programa Integrar RS: proposta político-pedagógica; caderno de reflexão**. São Paulo: CUT; Confederação Nacional dos Metalúrgicos, 1999.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, Campinas, n. 115, p. 139-154, jul. 2002.

FÁVERO, Osmar. Materiais Didáticos para a Educação de Jovens e Adultos. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 71, p. 39-62, jan./abr. 2007.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança** – Um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

GOMES, Arrais Fidelis da Silva. **Políticas Educacionais de Alfabetização de Jovens e Adultos na Guiné-Bissau: A Presença do Método Alpha TV**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

INE-GB. Instituto Nacional de Estatística De Guiné-Bissau. **Censo Demográfico 2009**. Bissau, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MELUCCI, Alberto. Métodos qualitativos e pesquisa reflexiva. In: MELUCCI, Alberto. (Org.). **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 315-338.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

NÓBREGA-TERRIEN, Sílvia Maria; TERRIEN, Jacques. O estado da questão: aportes teórico-metodológicos e relatos de sua produção em trabalhos científicos. In: FARIAS, Isabel Sabino de; NUNES, João Batista de Carvalho; NÓBREGA-TERRIEN, Sílvia Maria. **Pesquisa científica para iniciantes: caminhando no labirinto**. Fortaleza: EdUECE, 2010.

RIBEIRO, Isabel Quinhones Levy Araújo. **Dinâmica do ensino popular na Guiné-Bissau - o caso das escolas populares do Bairro de Quelele: uma alternativa para o futuro do sistema educativo**. 2001. 161 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Educacional Multimédia) – Universidade Aberta, Lisboa, 2001. Disponível em: <http://publikationen.ub.unifrankfurt.de/frontdoor/index/index/docId/21204>. Acesso em: 25 jun. 2016.

RICHMOND, Mark; ROBINSON, Clinton; SACH-ISRAEL, Margarete (Org.). **O desafio da alfabetização global: um perfil da alfabetização de jovens e adultos na metade da Década das Nações Unidas para a Alfabetização 2003-2012**. Brasília, DF: Unesco, 2009.

SEMEDO, Maria Odete da Costa. Educação como direito. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2005, Bissau. **Anais [...]**. Bissau, 2005. p. 1-9. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/redes/guinebissau/semedo_educacao_como_direito.pdf Acesso em: 16 jul. 2016.

UNESCO. **Bureau pour l'Afrique Institut international de planification de l'éducation**. Dakar, Sénégal, 2016. Disponível em: <https://poledakar.iiep.unesco.org/fr>. Acesso em: 25 mar. 2017.

Sobre os Autores

Arrais Fidelis da Silva Gomes

Mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0815-3733>
E-mail: arraisgomes@hotmail.com

Simone Valdete dos Santos

Doutora em Educação, Professora Titular da Faculdade de Educação, do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2523-006X> E-mail: simone.valdete@ufrgs.br

Recebido em: 04/07/2022

Aceito para publicação em: 03/08/2022